



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

Documento Nº 51386/19

EXERCÍCIO: 2020
SUBCATEGORIA: LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
JURISDICIONADO: Prefeitura Municipal de São José de Caiana
DATA DE ENTRADA: 15/07/2019
ASSUNTO: Encaminhamento de LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
relativa ao exercício de 2020.
INTERESSADOS: JOSÉ LEITE SOBRINHO
Lourival Florentino de Souza Sobrinho



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

São José de Caiana, 04 de Julho de 2019



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
GABINETE DO PREFEITO

Lei Nº 387/2019.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES E METAS PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito Constitucional do Município de São José de Caiana**, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, e em atenção ao que dispõe a Lei Orgânica Municipal, bem como o artigo 35, parágrafo 2º, inciso II, do ADCT, da Constituição Federal de 1988 em consonância com a Lei Complementar Nacional nº 101/2000. Faço saber que a Câmara Municipal PROVOU, E EU, SANCIONO E PROMULGO a seguinte lei.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei estabelece, em cumprimento ao disposto no art. 165, parágrafo 2º, da Constituição Federal e com base no art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2020, compreendendo:

- I. As propriedades da administração pública municipal;
- II. A estrutura e organização do orçamento anual;
- III. As diretrizes para a elaboração e execução do orçamento do Município e suas eventuais alterações;
- IV. As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- V. As disposições relativas à dívida consolidada e seus respectivos encargos;
- VI. As disposições sobre alterações na legislação tributária Municipal;
- VII. Normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- VIII. Outras disposições gerais sobre orçamento.



Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, s/n, Centro, São José de Caiana/PB CEP: 58.784-000
CNPJ: 08.891.541/0001-69

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

São José de Caiana, 04 de Julho de 2019



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO II

DAS PROPRIEDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 2º - As metas e prioridades da administração pública municipal, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária do exercício financeiro de 2020, embora não se constituam limites à programação das despesas, serão assim fixadas:

- I. Em relação à Câmara Municipal: modernização dos serviços do Poder Legislativo, mediante a racionalização das atividades administrativas e melhoria das rotinas de trabalho;
- II. Em relação ao Poder Executivo;
 - a. Melhoria e ampliação da infraestrutura e oferta de serviços básicos, nos segmentos:
 1. De educação - com melhoria do ensino, oferta de vagas no ensino regular fundamental, para todas as crianças em idade escolar;
 2. De saúde e saneamento - com restauração da rede física e elevação dos níveis de atendimento, visando à melhoria da qualidade de vida da população, redução da mortalidade infantil, mediante consolidação das ações básicas de saúde e saneamento;
 3. De promoção social à família, à criança e ao adolescente;
 4. De incentivo aos trabalhos rurais;
 5. De apoio aos programas de melhorias populares;
 6. De ampliação de oferta de emprego e renda à população;
 7. De recuperação e conservação do meio ambiente;
 8. De desenvolvimento, em articulação com os governos estadual e federal, de programas voltados à implementação de políticas de renda mínima, erradicação do trabalho infantil, preservação do meio ambiente, construção de casas populares e preservação das festividades histórico-culturais e artísticas.
 - b. Reforço da infraestrutura econômica, nas áreas de:
 1. Transporte, com melhoramento e conservação da malha viária municipal;
 2. Energia elétrica, para fins de irrigação e eletrificação rural;
 3. Construção de reservatório e de rede de distribuição de água para o consumo humano e de irrigação.



Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, s/n, Centro, São José de Caiana/PB CEP: 58.784-000
CNPJ: 08.891.541/0001-69

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

São José de Caiana, 04 de Julho de 2019



ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA GABINETE DO PREFEITO

- c. Apoio ao desenvolvimento dos setores diretamente produtivos, nos segmentos:
 - 1. Do desenvolvimento da agropecuária;
 - 2. Da indústria, com ênfase às pequenas e micro empresas;
 - 3. Do desenvolvimento da produção mineral.
- d. Ações administrativas que objetivem:
 - 1. A reorganização e modernização da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, visando à otimização da prestação dos serviços públicos à comunidade;
 - 2. A busca do equilíbrio financeiro do município pela eficiência das políticas de administração tributária, cobrança da dívida e combate à sonegação.

Art. 3º - Para consecução das prioridades previstas no art. 2º, o orçamento anual deverá consignar metas relacionadas com as seguintes ações de governo:

I. NA ÁREA SOCIAL:

- a. Na educação e cultura:
 - 1. Atendimento do ensino infantil (creches e pré-escolas) à população de zero a cinco anos, de modo a atender à totalidade das crianças nesta faixa etária;
 - 2. Atendimento do ensino fundamental à população de seis a quatorze anos, aumentando a oferta de vagas em 100%;
 - 3. Melhoria da produtividade do sistema educacional, provendo cursos ou treinamento para o mínimo de 100% dos professores da rede municipal;
 - 4. Redução do índice de analfabetismo da população acima de 14 (quatorze) anos, aumentando a oferta de vagas no ensino de jovens e adultos em 90%;
 - 5. Redução à zero da taxa de evasão escolar, implementando o programa de garantia de bolsa escola e de esporte e lazer;
 - 6. Apoio ao portador de deficiências físicas e de necessidades especiais;
 - 7. Manutenção do transporte escolar para os alunos do município;
 - 8. Expansão das atividades de educação física e desporto para mais escolas da rede Municipal de ensino;
 - 9. Distribuição da merenda escolar a todas as escolas do município;
 - 10. Apoio à atividades e extensão universitária;
 - 11. Apoio a todos os projetos culturais do município, especialmente, a promoção das festividades comemorativas do dia da cidade, carnaval, festas juninas e do (a) padroeiro(a).



Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, s/n, Centro, São José de Caiana/PB CEP: 58.784-000
CNPJ: 08.891.541/0001-69

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

São José de Caiana, 04 de Julho de 2019



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
GABINETE DO PREFEITO

b. DA SAÚDE PÚBLICA:

1. Elevação dos níveis de saúde da população, reduzindo pela metade o índice de mortalidade infantil;
2. Atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar à população do município;
3. Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;
4. Estruturação dos serviços de vigilância sanitária, controle de doenças e fortalecimento dos serviços de saúde do município;
5. Manutenção dos Programas Básicos de Saúde na Família;
6. Manutenção dos Programas de Saúde na Família.

c. DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO BÁSICO:

1. Aprimoramento da infraestrutura básica do município;
2. Construção e melhoria de casas populares.

d. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

1. Assistência a criança, ao adolescente, ao idoso e ao portador de deficiência física, mediante a ampliação dos atuais programas;
2. Ampliar os programas de assistência comunitária;
3. Melhorar a assistência nutricional, com a distribuição de cestas básicas a famílias carentes;
4. Estimular programas de assistência comunitária;
5. Ajuda financeira para pessoas carentes, em deslocamento para outros centros;
6. Distribuição de medicamentos a pessoas de baixa renda;
7. Apoio aos pequenos negócios, às empresas comunitárias, na criação de emprego e melhoria de renda familiar;
8. Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.

II. NA ÁREA ECONÔMICA:

a. AGROPECUÁRIA:

1. Assistência e incentivo à produção agrícola;
2. Aquisição de equipamentos e implementos agrícolas, para distribuição com agricultores carentes;



Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, s/n, Centro, São José de Caiana/PB CEP: 58.784-000
 CNPJ: 08.891.541/0001-69

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

São José de Caiana, 04 de Julho de 2019



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
GABINETE DO PREFEITO

3. Fortalecimento do pequeno produtor rural;
4. Distribuição de sementes ao pequeno produtor;
5. Combate à seca e à pobreza rural.

b. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO:

1. Apoio às pequenas e micro empresas do município.

III. NA ÁREA DE INFRAESTRUTURA:

a. RECURSOS HÍDRICOS:

1. Desenvolvimento da infraestrutura rural, para fins de irrigação;

b. TRANSPORTES:

1. Conservação e apoio à malha rodoviária municipal.

c. ENERGIA:

1. Ampliação de redes de eletrificação urbana e rural;
2. Manutenção da eletrificação urbana e rural.

d. SERVIÇOS URBANOS:

1. Melhoria e ampliação das condições de funcionamento dos serviços de limpeza pública da cidade, com modernização da coleta de lixo;
2. Ampliação e manutenção da coleta de lixo;
3. Manutenção, ampliação e adaptação de prédios públicos do município;
4. Arborização da cidade.

Parágrafo Único - Parte integrante desta Lei, anexo único que estabelece a fixação das despesas de capital para o exercício de 2020.

Art. 4º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

- I. Programa: o instrumento de organização da ação governamental, visando à realização dos objetivos pretendidos, em consonância com o plano plurianual;
- II. Atividade: um instrumento de programação destinado a alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações de caráter contínuo e permanente, dos quais resulte um produto característico da ação do governo;
- III. Projeto: um instrumento de programação necessário para alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, de que decorra a expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental;



Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, s/n, Centro, São José de Caiana/PB CEP: 58.784-000
 CNPJ: 08.891.541/0001-69

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

São José de Caiana, 04 de Julho de 2019



ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA GABINETE DO PREFEITO

IV. Operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo, das quais não resulta em produto, e não gera contraprestação direta sob forma de bens ou de serviços.

Parágrafo 1º - Cada programa deverá identificar as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as respectivas unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

Parágrafo 2º - As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em metas específicas, com localização física integral ou parcial, em relação as quais não poderá haver alteração na finalidade ou na denominação.

Parágrafo 3º - Cada atividade, projeto ou operação especial deverá indicar a função e a subfunção a que se vincula.

Parágrafo 4º - A lei do orçamento identificará as atividades, projetos e operações especiais, por categoria de programação e respectivos subtítulos, com indicação de suas metas físicas.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será composto de:

- I. Mensagem;
- II. Projeto de Lei do Orçamento;
- III. Tabelas explicativas.

Parágrafo 1º - A mensagem que encaminhar ao projeto de lei orçamentária anual conterá:

- a. Exposição circunstancial da situação econômica financeira do Município;
- b. Exposição e justificativa da política econômico-financeira;
- c. Justificativa da receita no tocante ao orçamento de capital;

Art. 6º - O orçamento fiscal e da seguridade social discriminará a despesa por unidade orçamentária delatando-a, por categoria de programação, em seu menor nível, com as respectivas dotações, a fonte de recursos e os grupos de despesas, conforme a seguir discriminados:

I. DESPESAS CORRENTES

- a. Pessoal e encargos sociais;



Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, s/n, Centro, São José de Caiana/PB CEP: 58.784-000
CNPJ: 08.891.541/0001-69

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

São José de Caiana, 04 de Julho de 2019



ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA GABINETE DO PREFEITO

- b. Renegociação das dívidas e pagamentos de juros e demais encargos decorrentes;
- c. Pagamento de precatórios judiciais e de outras obrigações legais;
- d. Outras despesas correntes.

II. DESPESAS DE CAPITAL

- a. Investimentos;
- b. Inversão financeira;
- c. Amortização da dívida consolidada;
- d. Outras despesas de capital.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 7º - Na elaboração do orçamento fiscal e da seguridade social para o exercício de 2020 deverão ser observadas, ainda, as seguintes orientações:

- I. As despesas deverão ser orçadas a preço de Julho de 2019;
- II. O chefe do Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até 30 de Junho do corrente ano, a previsão de receita e respectiva memória de cálculo para o ano de 2020;
- III. A Mesa da Câmara encaminhará ao Prefeito Municipal, até 31 de julho do corrente exercício, a proposta orçamentária relativa às dotações do Legislativo Municipal para o exercício de 2020, observadas as disposições do art. 29-A da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 25/2000;
- IV. O Prefeito do Município encaminhará à Câmara Municipal o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2020, até 15 de Setembro de 2019;
- V. A Câmara Municipal deverá devolver para sanção do Chefe do Poder Executivo o projeto com os respectivos autógrafos, até 15 de dezembro 2019;
- VI. O Prefeito deverá sancionar a Lei Orçamentária Anual e publicá-la até 31 de dezembro do corrente ano;
- VII. A Lei Orçamentária Anual (LOA) deverá:
 - a. Ser acompanhada dos demonstrativos e anexos previstos no art. 5º da Lei Complementar



Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, s/n, Centro, São José de Caiana/PB CEP: 58.784-000
CNPJ: 08.891.541/0001-69

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

São José de Caiana, 04 de Julho de 2019



ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA GABINETE DO PREFEITO

Federal nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

- b. Consignar, sob o título de "RESERVA DE CONTIGÊNCIA", dotação genérica até o limite de 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida;

VIII. Na Lei Orçamentária, a receita prevista e a despesa fixada deverão obedecer à classificação constante dos anexos 2 e 6 da Lei 4.320, de 17 de Março de 1964;

IX. Para a reserva de contingência tenha realidade material, durante o exercício financeiro de 2020, somente poderão ser comprometidos 99,5% (Noventa e Nove Inteiros e Cinco Décimos por Cento), da receita com as despesas orçamentárias;

X. Durante a execução orçamentária a RESERVA DE CONTIGÊNCIA só deverá ser utilizada para:

- a. Financiar passivos contingentes de natureza emergencial ou de valor imprevisível quando da elaboração da lei orçamentária;
- b. Pagar despesas relativas a eventos extraordinários que representam riscos à vida, à saúde ou à segurança da população;
- c. Cobrir frustração de arrecadação de receita de transferências, que deveria ser empregada em projetos ou atividades pertinentes às metas e prioridades da administração municipal fixada para o ano de 2020.

Art. 8º - O projeto da lei orçamentária a ser encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara Municipal será constituído de:

- I. Texto da lei;
- II. Quadros orçamentário consolidado;
- III. Anexo do orçamento fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa, na forma definida nesta lei e nas demais leis federais que regem a espécie;
- IV. Os quadros orçamentários a que se refere o inciso III do Art. 22 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 9º - O Projeto de Lei Orçamentária demonstrará, ainda, a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para o ano de 2020, em valores correntes e em termos de percentual da receita líquida, destacando-se, pelo menos, as relativas aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Art. 10 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2020 deverá ser realizada de modo a evidenciar a melhor transparência na gestão fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 11 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2020 deverão levar em conta, ainda, a obtenção de superávit primário, a ser demonstrado no anexo de Metas Fiscais, observados, contudo, o que dispõe a respeito o parágrafo único do art. 7º antecedente.



Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, s/n, Centro, São José de Caiana/PB CEP: 58.784-000
CNPJ: 08.891.541/0001-69

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

São José de Caiana, 04 de Julho de 2019



ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA GABINETE DO PREFEITO

Art. 12 - O Poder Legislativo terá como limite de suas despesas correntes e de capital em 2020, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, o total da receita tributária mais transferências constitucionais realizadas no ano de 2019, em observância, ainda, aos princípios da emenda constitucional nº 24/2000.

Art. 13 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na lei do orçamento e em seus créditos adicionais será feita de forma a proporcionar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 14 - A cada programa das áreas de educação, saúde e assistência social previstos no orçamento, deverá ser associado um PRODUTO, medido segundo unidades não monetárias, tendo custo unitário estimado igual ao total das dotações previstas no orçamento para o programa, dividido pelo número de unidades físicas previstas.

Parágrafo 1º - Por unidades físicas entendem-se as unidades do produto esperado pelo emprego de recursos públicos, a exemplo do número de alunos matriculados, número de atendimentos odontológicos, número de consultas médicas, número de famílias assistidas e assim por diante.

Parágrafo 2º - Ao final do exercício, o custo unitário será representado pelo valor da despesa realizada no programa, dividida pelo número de unidades efetivamente produzidas.

Parágrafo 3º - Até 31 de Janeiro de 2020, o Chefe do Poder Executivo Municipal fará divulgar custo unitário revisto, o custo unitário realizado, o produto obtido na execução do programa, a quantidade estimada e a quantidade realizada.

Parágrafo 4º - Divulgará, também, o total das despesas realizadas pela administração pública e o total dos gastos na realização dos programas das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 15 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos de atividades de natureza continuada que preencham uma das seguintes condições:

- I. Sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação;
- II. Sejam vinculadas a organismos nacionais ou internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;
- III. Atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, bem como ao art. 61 de suas Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Parágrafo 1º - A habilitação ao recebimento de subvenções sociais por parte de entidades privadas sem fins lucrativos dar-se-á mediante a apresentação de declaração, que comprove seu regular funcionamento nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2019 por três autoridades locais, além de comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

Parágrafo 2º - As subvenções sociais previstas no orçamento só poderão ser transferidas mediante celebração do convênio, obrigando-se o beneficiário à prestações de contas e a obedecer, na formalização dos respectivos instrumentos e na liberação de recursos, as regras do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores.



Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, s/n, Centro, São José de Caiana/PB CEP: 58.784-000
CNPJ: 08.891.541/0001-69

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

São José de Caiana, 04 de Julho de 2019



ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo 3º - É vedada a inclusão no orçamento de dotação global a título de subvenções sociais.

Art. 16 - É vedada, também, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "AUXÍLIOS" a entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que:

- I. Prestem atendimento direto e gratuito ao público e estejam voltadas para o ensino especial junto à comunidade escolar municipal do ensino fundamental ou equivalente;
- II. Estejam voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, ou que estejam registradas junto ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;
- III. Sejam consórcios intermunicipais de saúde, ou equivalente, constituídos exclusivamente por entes públicos, que participem da execução de programas nacionais de saúde;
- IV. Sejam qualificados como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, na forma da legislação pertinente.

Art. 17 - A execução das ações de que tratam os artigos 13 e 14 desta Lei fica condicionado, entretanto, à autorização exigida pelo art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (LRF).

Art. 18 - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos do orçamento municipal, a qualquer título, sujeitam-se à fiscalização pelo Poder concedente, com a finalidade de se verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Seção II

Das Diretrizes do Orçamento de Investimentos

Art. 19 - O orçamento de investimento, previsto para cada órgão, deverá constar, necessariamente, do plano plurianual de investimentos, bem como nos demonstrativos orçamentário, destacando-se, pelo menos:

- I. Os investimentos correspondentes à aquisição de bens móveis e/ou construção de bens imóveis;
- II. Os investimentos financiados com recursos originários de operações de crédito vinculados a projetos específicos, quando for preciso.

Parágrafo Único - Só serão incluídas na proposta orçamentária dotações para investimentos, se forem consideradas prioritários para o município ou atendem às exigências desta lei.

Art. 20 - Na programação de investimentos serão observadas, ainda, as seguintes prioridades:

- I. Inclusão de projetos em andamento;
- II. Inclusão de projetos em fase de conclusão.

Parágrafo Único - Não poderá ser programado investimentos à custa de anulação de dotações de



Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, s/n, Centro, São José de Caiana/PB CEP: 58.784-000
CNPJ: 08.891.541/0001-69

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

São José de Caiana, 04 de Julho de 2019



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
GABINETE DO PREFEITO

projetos em andamento, desde que executados em pelo menos 10% (dez por cento).

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 21 - O orçamento fiscal e da seguridade social compreenderá a despesa com pessoal de todos os órgãos dos poderes do Município.

Parágrafo Único - Consideram-se despesas com pessoal, para fins previstos neste artigo:

- I. A remuneração dos agentes políticos;
- II. Os vencimentos e vantagens fixas dos servidores ativos do Município;
- III. As obrigações patronais;
- IV. As demais despesas, assim consideradas pela nº 101/2000.

Art. 22-As despesas com pessoal ativo e inativo, do Poder Executivo, da Câmara Municipal e respectivos encargos sociais, obedecerão aos limites máximos previstos nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 23 - Se a despesa total com pessoal e encargos de qualquer dos Poderes do Município ultrapassar os limites de que trata o artigo precedente, o chefe do Poder Executivo adotará as providências previstas no art. 23 da mencionada Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, com vistas a reduzi-la aos limites máximos permitidos por lei.

Art. 24 - O projeto de lei orçamentária demonstrará, ainda, a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para o exercício financeiro de 2020, em valores correntes e em termos de percentual da receita corrente líquida, destacando-se, pelo menos, as relativas aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Parágrafo 1º - As despesas com pessoal e encargos sociais no ano de 2020 não poderão ultrapassar, em percentual da receita corrente líquida. O montante estimado para o exercício de 2019, acrescido de até 20% (vinte por cento), se este for inferior ao limite estabelecido no inciso III do art. 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Parágrafo 2º - Na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais em 2020, o Poder Executivo e a Câmara Municipal observando o art. 71 da referida LC nº 101/2000, terão como limites a despesa da folha de pagamento de abril de 2020, projetadas para o exercício, considerando-se os eventuais acréscimos legais, as alterações na estrutura organizacional e no plano de carreira dos servidores públicos municipais, as admissões para preenchimento de cargos efetivos através da mobilização de concurso público e a revisão geral de salários, que, sem distinção de índice, acaso venha de ser concedida, sem prejuízo da observância ao disposto no parágrafo 1º deste artigo.



Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, s/n, Centro, São José de Caiana/PB CEP: 58.784-000
 CNPJ: 08.891.541/0001-69

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

São José de Caiana, 04 de Julho de 2019



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 25 - A Lei Orçamentária Anual garantirá recursos para o pagamento da despesa com dívida municipal e com o refinanciamento da dívida pública, nos termos dos contratos firmados, inclusive com a previdência social.

Art. 26 - O projeto de Lei Orçamentária poderá incluir na composição total da receita, recursos provenientes de operações de créditos, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal de 1988,

§ Único: As despesas de que trata o "caput" desse artigo serão alocadas nos encargos gerais do município nos recursos sob a supervisão da Secretaria Municipal de Finanças.

CAPÍTULO VII

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 27 - A lei municipal, que concede ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária, somente será aprovada se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 28 - Na estimativa do receitado projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas que objetivem alterar a legislação tributária municipal, as quais venham estar em tramitação na Câmara Municipal até a aprovação do orçamento de 2020.

Parágrafo 1º - Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamento:

- I. Serão identificadas as alterações propostas na legislação tributária e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada um das propostas e seus dispositivos;
- II. Será apresentada programação especial de despesas, condicionada à aprovação das respectivas alterações na legislação tributária.

Parágrafo 2º - Caso a proposta de alteração na legislação tributária não seja aprovada, ou somente o seja parcialmente, até o envio do projeto de lei do orçamento para sanção do Prefeito, de sorte que em decorrência disto não possam ser realizadas as receitas esperadas, as dotações à conta dos referidos recursos serão canceladas, mediante decreto executivo, até trinta dias após sanção da lei orçamentária.

Parágrafo 3º - Também por decreto, a ser editado no mesmo prazo do parágrafo anterior, o Chefe do Executivo promoverá a substituição das fontes de recursos condicionadas, constantes do orçamento sancionado, decorrentes de alterações na legislação tributária municipal aprovada antes do encaminhamento do projeto de lei orçamentária para sanção, pelas respectivas fontes de receita



Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, s/n, Centro, São José de Caiana/PB CEP: 58.784-000
CNPJ: 08.891.541/0001-69

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

São José de Caiana, 04 de Julho de 2019



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
GABINETE DO PREFEITO

definitivas.

Parágrafo 4º - Aplica-se o disposto neste artigo às propostas de alteração na vinculação das receitas.

CAPÍTULO VIII

DAS NORMAS RELATIVAS AO CONTROLE DE CUSTOS E À AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS DOS ORÇAMENTOS

Art. 29 - O controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento serão realizadas através das ações e programas executados pela administração, conforme trata os art. 50, § 3º da LRF, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos dos serviços. (art. 4º, I, “e” da LRF).

Parágrafo 1º - O controle de custos de que trata este Art. 29, será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, de maneira a permitir o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

Parágrafo 2º - Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, I, “e” da LRF).

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30 - Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Prefeito Municipal divulgará o cronograma mensal de desembolso e as metas bimestrais de arrecadação para o exercício de 2020.

Art. 31 - Ocorrendo frustração das metas bimestrais de arrecadação, ou acaso seja necessária a limitação de empenho de dotações e da movimentação financeira, para se fazer face às metas de resultado primário, em observância aos princípios do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, será fixado separadamente percentual de limitações para o conjunto de projetos ou de atividades orçados e calculados de forma proporcional à participação dos Poderes em cada um dos citados conjuntos, excluídos as despesas cuja execução se constitua obrigação constitucional ou legal, observando-se, ainda:

- I. o Poder Executivo e a Meta da Câmara Municipal determinarão por atos próprios a limitação de empenho;
- II. a limitação de empenho ou, simplesmente, limitação de despesas deverá se dar no montante equivalente à diferença entre a receita arrecadada e a prevista até o bimestre;



Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, s/n, Centro, São José de Caiana/PB CEP: 58.784-000
CNPJ: 08.891.541/0001-69

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

São José de Caiana, 04 de Julho de 2019



ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA GABINETE DO PREFEITO

III. o Poder Executivo e a Meta da Câmara Municipal limitarão suas despesas em valor proporcional à participação de cada um no montante das dotações relativas aos projetos, atividades ou operações especiais a serem afetados com a medida, na forma estabelecida no "caput" deste artigo;

IV. as despesas com pessoal e encargos, bem como as referentes ao pagamento do principal e encargos da dívida, não serão objetos de limitação.

Parágrafo Único - Na hipótese de ocorrência do disposto no "caput" deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Mesa da Câmara, mediante apresentação de memória de cálculo, premissas, parâmetros e as justificativas do ato, o montante que caberá ao legislativo limitar seus empenhos e movimentações financeiras.

Art. 32 - As ajudas financeiras e doações concedidas a pessoas físicas deverão processar-se de conformidade com lei municipal específica.

Art. 33 - É vedado consignar no orçamento municipal para 2020 dotações para subvenções econômicas, ressalvas as que se destinam a incentivar atividades econômicas voltadas para a geração de emprego e renda, hipótese em que a execução da despesa deverá estar autorizada por lei específica.

Art. 34 - São vedados quaisquer procedimentos por parte dos ordenadores de despesas, visando à viabilidade a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único - Caberá à contabilidade registrar os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira, efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do "caput" deste artigo.

Art. 35 - Não sendo sancionada e publicada a Lei Orçamentária Anual até 31 de Dezembro do ano em curso, o orçamento referente às dotações relativas às atividades, projetos ou as operações especiais pertinentes aos objetivos e metas, previstos nos artigos 2º e 3º, desta lei, podendo ser executados como proposto, à razão de 1/12 (um doze avos) por mês.

Art. 36 - O ANEXO DE METAS FISCAIS, anexo a esta Lei, estabelece para o exercício financeiro de 2020, as prioridades da administração na forma dos anexos abaixo discriminados:

Anexo I - Metas Anuais;

Anexo II - Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

Anexo III - Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos exercícios anteriores;

Anexo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

Anexo V - Origem de aplicação de recursos obtidos com a alienação de ativos;

Anexo VI - Receitas e despesas previdenciárias do RPPS;

Anexo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;

Anexo IX - Margem de expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado.



Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, s/n, Centro, São José de Caiana/PB CEP: 58.784-000
CNPJ: 08.891.541/0001-69

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 175 DE 09 DE 05 DE 1997

São José de Caiana, 04 de Julho de 2019



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
GABINETE DO PREFEITO

Art. 37 - O ANEXO DE RISCOS FISCAIS, anexo a esta Lei, estabelece para evidenciar passivos contingentes e outros riscos fiscais no decorrer do exercício de 2020.

Art. 38 - O Poder Executivo enviará, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da publicação desta Lei criando o Conselho de Gestão Fiscal de que trata o art. 67 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 39 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 40 - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de São José de Caiana, Estado da Paraíba, em 20 de Junho de 2019.

JOSÉ LEITE SOBRINHO
Prefeito Constitucional



Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, s/n, Centro, São José de Caiana/PB CEP: 58.784-000
CNPJ: 08.891.541/0001-69

Jornal Oficial do Município Instituído pela Lei nº 175/97 de 09 de maio de 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA CAIANA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2020

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
Receita Total	15.920.890	16.028.375	(4,1)	26.827.725	58,65	25.900.800	(3,46)	26.947.110	4,04	28.032.630	4,03
Receitas Primárias (I)	15.805.446	15.981.553	(3,7)	26.741.186	58,60	25.822.215	(3,44)	26.864.925	4,04	27.946.909	4,03
Despesa Total	14.945.987	16.712.112	6,5	26.827.725	52,16	25.900.800	(3,46)	26.947.110	4,04	28.032.630	4,03
Despesa Primária (II)	14.456.558	16.222.683	6,9	26.364.226	54,04	25.413.861	(3,60)	26.437.869	4,03	27.501.480	4,02
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.348.888	(241.131)	(117,0)	376.960	(248,18)	408.353	8,33	427.056	4,58	445.430	4,30
Resultado Nominal	2.333.476	(751.621)	(130,7)	1.050.312	(232,45)	74.632	(92,89)	817.498	995,37	503.344	(38,43)
Dívida Pública Consolidada	8.502.816	8.013.387	(10,2)	7.871.251	(6,89)	7.384.312	(6,19)	6.875.071	(6,90)	6.365.831	(7,41)
Dívida Consolidada Líquida	6.671.330	7.422.951	6,0	6.372.639	(18,63)	6.298.007	(1,17)	5.480.509	(12,98)	4.977.165	(9,18)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
Receita Total	17.637.162	16.909.936	(4,12)	26.827.725	58,65	24.904.615	(3,46)	24.974.152	4,04	25.040.313	4,03
Receitas Primárias (I)	17.509.273	16.860.538	(3,71)	26.741.186	58,60	24.829.053	(3,44)	24.897.985	4,04	24.963.742	4,03
Despesa Total	16.557.164	17.631.278	6,49	26.827.725	52,16	24.904.615	(3,46)	24.974.152	4,04	25.040.313	4,03
Despesa Primária (II)	16.014.975	17.114.931	6,87	26.364.226	54,04	24.436.405	(3,60)	24.502.196	4,03	24.565.859	4,02
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.494.298	(254.393)	(117,02)	376.960	(248,18)	392.648	8,33	395.789	4,58	397.883	4,30
Resultado Nominal	2.585.025	(792.960)	(130,68)	1.050.312	(232,45)	71.762	(92,89)	757.644	995,37	449.615	(38,43)
Dívida Pública Consolidada	9.419.420	8.454.124	(10,25)	7.871.251	(6,89)	7.100.300	(6,19)	6.371.706	(6,90)	5.686.316	(7,41)
Dívida Consolidada Líquida	7.390.499	7.831.213	5,96	6.372.639	(18,63)	6.055.776	(1,17)	5.079.248	(12,98)	4.445.882	(9,18)

FONTE:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA CAIANA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2020

ARF(LRF, art. 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	VALOR	Descrição	VALOR
Demandas Judiciais	14.500	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	14.500
Dívidas em Processo de Reconhecimento	10.000	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	10.000
Avais e Garantias Concedidas	5.500	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	5.500
Assunção de Passivos	5.000	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	5.000
Assistências Diversas	15.000	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	15.000
Outros Passivos Contingentes	80.000	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	80.000
SUBTOTAL	130.000	SUBTOTAL	130.000

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	VALOR	Descrição	VALOR
Frustração de Arrecadação	50.000	Abertura de créditos adicionais a partir da redução de dotação de despesas discricionárias	50.000
Restituição de Tributos a Maior	5.000	Abertura de créditos adicionais a partir da redução de dotação de despesas discricionárias	5.000
Discrepância de Projeções:	60.000	Contenção de despesas orçamentárias em investimentos	60.000
Outros Riscos Fiscais	25.000	Limitação de empenho	25.000
SUBTOTAL	140.000	SUBTOTAL	140.000

TOTAL	270.000	TOTAL	270.000
--------------	----------------	--------------	----------------



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
GABINETE DO PREFEITO**

MENSAGEM N.º _____ de 30 de Maio de 2019.

Excelentíssimos Senhores Membros do Poder Legislativo Municipal:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação de Vossas Excelências, em cumprimento ao disposto no art. 165, I § 2º da Constituição Federal o Projeto de Lei, em apenso, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020, e dá outras providências.

O referido Projeto dispõe sobre as metas e resultados fiscais, as prioridades e metas físicas da administração pública municipal; a estrutura e organização dos orçamentos; as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações; as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais; a política de aplicação dos recursos de transferências constitucional; as disposições sobre alterações na legislação tributária; e outras matérias de natureza orçamentária.

Os ilustres Vereadores poderão observar que a intenção deste Executivo, embasado na Lei de Responsabilidade Fiscal, continua sendo o redirecionamento do setor público com vistas à redução do déficit público municipal e à melhoria da prestação dos serviços à população do município, definindo o que é prioritário e passível de realização com recursos próprios ou em parceria com outras esferas governamentais.

Senhores Parlamentares saliento também que este projeto demonstra em seus artigos a transparência, necessária, que o Poder Executivo vem impingindo ao trato dos recursos da Prefeitura.

É oportuno esclarecer que as metas e prioridades terão procedência na alocação de recursos na lei orçamentária do próximo exercício, não se constituindo, porém, em limite à programação das despesas que deverão constar da referida peça.

Portanto ilustres e nobres senhores Vereadores, aí estão, de modo claro e sucinto, os superiores motivos que impõem o presente Projeto de Lei, que certamente encontrará a melhor ressonância na sábia compreensão de Vossas Excelências, que serão fielmente aquilatados e representados em todo o seu dimensionamento, dos quais solicito o imprescindível apoio e colaboração no que respeita a sua



Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, s/n, Centro, São José de Caiana/PB CEP: 58.784-000
CNPJ: 08.891.541/0001-69



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
GABINETE DO PREFEITO**

pronta aprovação.

Certo de que o assunto merecerá a pronta acolhida e aprovação por parte dos Membros dessa Casa de Leis, reafirmo na oportunidade os melhores protestos de consideração e apreço.

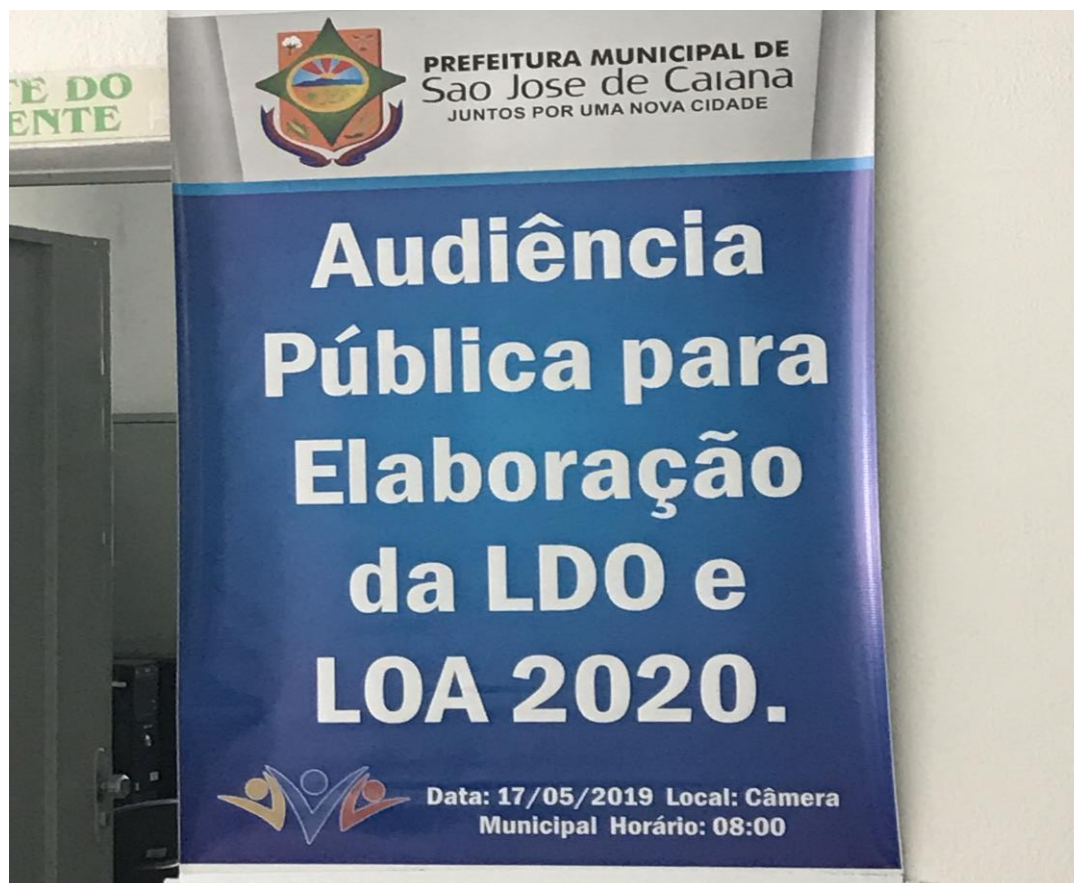
Atenciosamente,

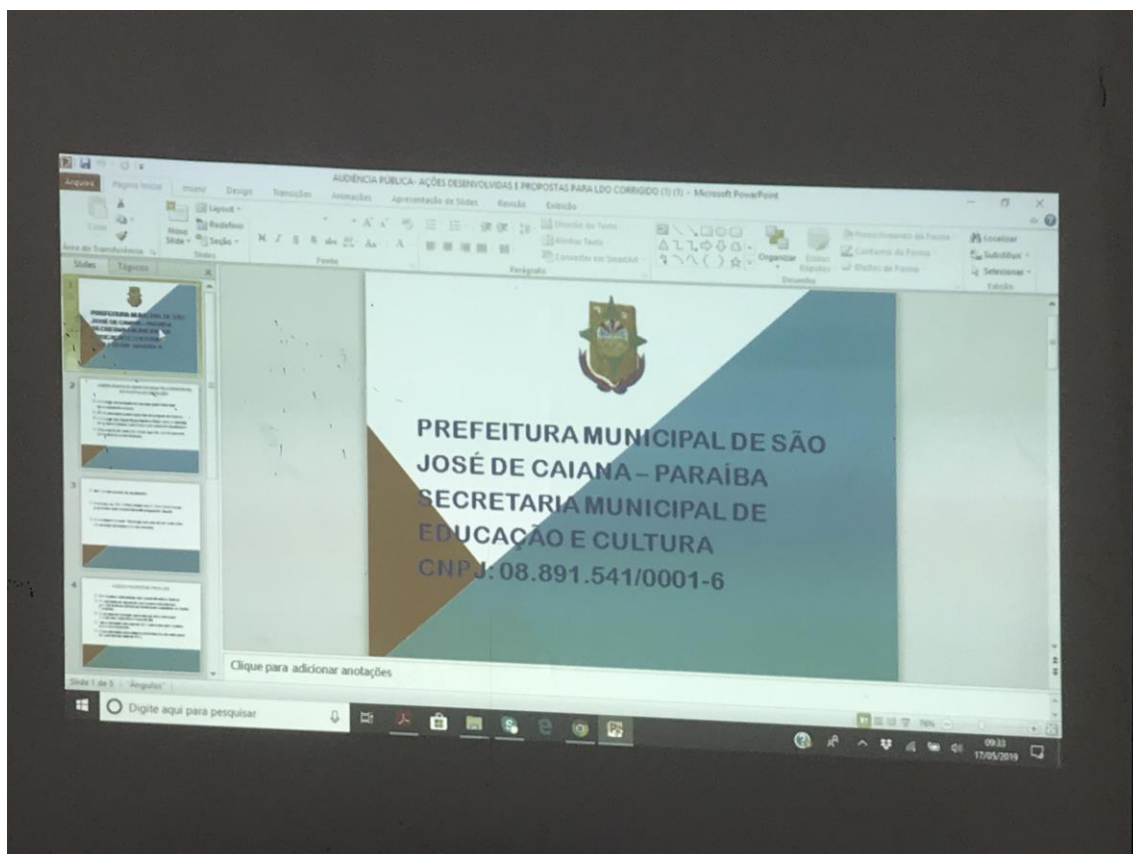

JOSÉ LEITE SOBRINHO
Prefeito Constitucional



Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, s/n, Centro, São José de Caiana/PB CEP: 58.784-000
CNPJ: 08.891.541/0001-69

ACERVO FOTOGRÁFICO E ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA





Marcelino Rufino Neto
 João Lucas Leite Guimarães
 Marcos Antônio de Jesus
 José Leite, Júnior
 Manoel Puma de Souza
 Osmar José Xavier de Souza
 Maurício Florentino de Souza Sobrinho
 Anderson Romão da Silva
 Julio Cesar de Moura
 Damir de S. Castro
 José Hebert Alves Tenório
 Lucilene Ferreira Gomes Zeferino
 Alex Luciano da Silva
 Othonir Batista da Silva
 Domício Eufrásio de Souza
 Robinson da Silva Alves
 Sandro Johnson Leite da Silva
 Maria Rayana Alves Lopes
 KEBSON FELIPE ALVES MARCELINO
 Alex Carneiro Rodrigues
 Maria do Socorro Leite Alves
 Rita de Cássia Guimarães
 Dauberson Tomaz Vieira

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA A ELABORAÇÃO DA LOA -
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL E EXPLANAÇÃO DAS SUAS AÇÕES
 E LOA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍ-
 CIO FINANCEIRO DE 2020 NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE CAT-
 ANA - PB.

Por dias dezete do mês de maio de dois mil e
 dezesseis (17/05/2019), às oito horas da manhã, na Câ-
 mara Municipal, Casa São João de Lourenço, situada na Ave-
 nida Prefeito Protásio Lopes da Silva, s/n, São José do Caia-
 ra, Paraíba, reuniu-se em assembleia o Prefeito Constitucional

GRAFSET

o senhor José Leite Sobrinho, os vereadores: Marcos, Clauderlin, Mar-
culino (conhecido como Marquinho) como também o Presidente
da Câmara o senhor Julivan Rodrigues da Silva; Secretários
municipais (Keliene Siqueira, Damings de Sousa, Rita Leite Ferreira
Quimaraes, João Leite); o contador da Prefeitura o senhor Bra-
nival, Florentino de Sousa Sobrinho, servidores municipais e de-
mais pessoas da Comunidade. Facultou a palavra o contador
do município o senhor Branival, apresentou slides com parâmetros
de toda a Receita arrecadada anual, de orçamento de despesa
por órgão. No decorrer da apresentação foram levantadas per-
guntas ao contador, as quais foram respectivamente respondi-
das, relatou a importância das propostas e ações a serem im-
plantadas e respectivamente desenvolvidas no município. Em
uso da palavra a Secretária de Saúde a senhora Rita Leite
Ferreira Quimaraes explanou as ações que foram desenvol-
vidas na área da Saúde em capacitações para profissionais
da Saúde, palestras abertas ao público alvo (campanhas de
vacinação, consultas oftalmológicas, cirurgias de pequeno
porte); compra de ambulância para melhor atender as neces-
sidades da população; medicamentos para distribuição gratuita
entre outras ações. Enfatizou o Programa PSE (Programa Saú-
de na Escola), sua importância para a Comunidade que é
indispensável. Facultou a palavra o vereador Marcos Antônio
de Sousa agradeceu os presentes pela participação e priorizou
ações a serem desenvolvidas no município como a constru-
ção de um Campo de Futebol como também a construção
de um açougue. Com uso da palavra o vereador Clauderlin
parabenizou as ações desenvolvidas no âmbito da Saúde e
Educação e viabilizou a importância da Ação Social para
a Comunidade, mais investimentos para melhor atender
as famílias carentes em estado de vulnerabilidade pois
as mesmas necessitam de um olhar mais atento um
acolhimento melhor. O Prefeito Constitucional o senhor José
Leite Sobrinho em uso da palavra explanou as duas cons-

trabalhos em sua gestão como a construção de uma escola de ensino fundamental a ativação do CEO (centro especializado em odontologia); compra de carros para melhoria dos serviços públicos; construção de uma academia para idosos que está em construção. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata a qual segue assinada por todos presentes. Retificando a secretária da Assistência fez uso de palavra fazendo um apelo pelo SUAS e suas melhorias para atender melhor a população, explanou as ações desenvolvidas com proteção física e especial com atendimentos com profissionais qualificados como psicólogos, oficinas para crianças e idosos, enfatizou a implantação do programa Criança Feliz e em seguida sua explanação a qual serve para melhorias desse programa e sua atuação na comunidade, relatou as principais ocorrências do município nesse aspecto e pediu o apoio de todos para lutar em busca de melhorias para a população. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata a qual segue assinada por todos presentes.

Dilmar Silveira Junqueira Dimiz Alves

Marcos Antonio de Jesus

Dirceu Alves

José Luiz Faria de Souza

Maria Madalena Vital da Silva

Erika Dayanny Pereira Batista

Guilherme Lacerda da Silva

Fabio Wilt de Souza

Francisco Antonio Lopes

Josefa Lopes de Sousa

Robelia de Sousa Queiroz

M^{re} Joseana Tomaz Leite

Josefa Valdirino de Sousa

GRAFSET

Menalissa Rodrigues de Lima
 Janelle Leite da Silva
 Maria Sousa Lima
 Esperita Norley Florencio
 Josefa Marleide Viana
 Flavia Lockeline de S.R. Barbosa
 Luiz Junior Guimaraes
 Jthayr Thayer
 Catarina Robimey Lopes
 Ana Lucineide da Silva
 Erica Viana Sales
 Marleide Viana de Sousa Souto
 Ana Paula Ferreira Lucima Amado
 M^a Nátia de Almeida
 Maria Glória Lopes de Souza
 Rose Kelly L. Guimaraes Viana
 Jateys Lopes
 Rita Leite F. Guimaraes
 Edcarly Oliveira Oliveira
 José Berto Lourenço
 Cleusa Maria Soares
 Lucilene Ferreira Gomes
 Diamirys de S. Coutinho
 Rafaely Rodrigues Costa
 Severino Leônidas de Sousa
 José Aldeia da Silva
 Edinal Alves de Sousa
 José Inácio de Guimaraes



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA CAIANA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2020

ARF(LRF, art. 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	VALOR	Descrição	VALOR
Demandas Judiciais	14.500	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	14.500
Dívidas em Processo de Reconhecimento	10.000	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	10.000
Avais e Garantias Concedidas	5.500	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	5.500
Assunção de Passivos	5.000	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	5.000
Assistências Diversas	15.000	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	15.000
Outros Passivos Contingentes	80.000	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	80.000
SUBTOTAL	130.000	SUBTOTAL	130.000

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	VALOR	Descrição	VALOR
Frustração de Arrecadação	50.000	Abertura de créditos adicionais a partir da redução de dotação de despesas discricionárias	50.000
Restituição de Tributos a Maior	5.000	Abertura de créditos adicionais a partir da redução de dotação de despesas discricionárias	5.000
Discrepância de Projeções:	60.000	Contenção de despesas orçamentárias em investimentos	60.000
Outros Riscos Fiscais	25.000	Limitação de empenho	25.000
SUBTOTAL	140.000	SUBTOTAL	140.000

TOTAL	270.000	TOTAL	270.000
--------------	----------------	--------------	----------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA CAIANA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

2020

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÕES	2020				2021				2022			
	Valor Corrente (a)	Valor Constantes	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constantes	% PIB (b/PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constantes	% PIB (c/PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
Receita Total	25.900.800	24.904.615	0,406	131,58	26.947.110	24.974.152	0,395	131,94	28.032.630	25.040.313	0,385	122,24
Receitas Primárias (I)	25.822.215	24.829.053	0,405	131,18	26.864.925	24.897.985	0,394	131,54	27.946.909	24.963.742	0,383	121,87
Despesa Total	25.900.800	24.904.615	0,406	131,58	26.947.110	24.974.152	0,395	131,94	28.032.630	25.040.313	0,385	122,24
Despesa Primária (II)	25.413.861	24.436.405	0,398	129,10	26.437.869	24.502.196	0,388	129,45	27.501.480	24.565.859	0,377	119,94
Resultado Primário (III) = (I - II)	408.353	392.648	0,006	2,07	427.056	395.789	0,006	2,09	445.430	397.883	0,006	1,93
Resultado Nominal	74.632	71.762	0,001	0,38	817.498	757.644	0,012	4,00	503.344	449.615	0,007	0,35
Dívida Pública Consolidada	7.384.312	7.100.300	0,116	37,51	6.875.071	6.371.706	0,101	33,66	6.365.831	5.686.316	0,087	34,85
Dívida Consolidada Líquida	6.298.007	6.055.776	0,099	31,99	5.480.509	5.079.248	0,080	26,83	4.977.165	4.445.882	0,068	29,72
Receitas Primárias advindas PPP (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa Primária advindas de PPP (V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV-V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA CAIANA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2020

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, Art.4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I - METAS Prevista em (a) 2018	% PIB	% RCL	II - METAS Realizada em (b) 2018	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	19.686.365	0,330	100,000	16.028.375	0,269	107,513	(3.657.990)	(18,58)
Receitas Primárias (I)	19.594.500	0,329	99,533	15.981.553	0,268	107,198	(3.612.947)	(18,44)
Despesa Total	19.686.365	0,330	100,000	16.712.112	0,281	112,099	(2.974.253)	(15,11)
Despesa Primária (II)	19.262.665	0,323	97,848	16.222.683	0,272	108,816	(3.039.982)	(15,78)
Resultado Primário (III) = (I - II)	331.835	0,006	1,686	(241.131)	(0,004)	(1,617)	(572.966)	(172,67)
Resultado Nominal	365.105	0,006	1,855	(751.621)	(0,013)	(5,042)	(1.116.726)	(305,86)
Dívida Pública Consolidada	8.137.711	0,137	41,337	8.013.387	0,135	53,751	(124.324)	(1,53)
Dívida Consolidada Líquida	6.306.225	0,106	32,033	7.422.951	0,125	49,791	1.116.726	17,71



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA CAIANA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2020

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
Receita Total	15.920.890	16.028.375	(4,1)	26.827.725	58,65	25.900.800	(3,46)	26.947.110	4,04	28.032.630	4,03
Receitas Primárias (I)	15.805.446	15.981.553	(3,7)	26.741.186	58,60	25.822.215	(3,44)	26.864.925	4,04	27.946.909	4,03
Despesa Total	14.945.987	16.712.112	6,5	26.827.725	52,16	25.900.800	(3,46)	26.947.110	4,04	28.032.630	4,03
Despesa Primária (II)	14.456.558	16.222.683	6,9	26.364.226	54,04	25.413.861	(3,60)	26.437.869	4,03	27.501.480	4,02
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.348.888	(241.131)	(117,0)	376.960	(248,18)	408.353	8,33	427.056	4,58	445.430	4,30
Resultado Nominal	2.333.476	(751.621)	(130,7)	1.050.312	(232,45)	74.632	(92,89)	817.498	995,37	503.344	(38,43)
Dívida Pública Consolidada	8.502.816	8.013.387	(10,2)	7.871.251	(6,89)	7.384.312	(6,19)	6.875.071	(6,90)	6.365.831	(7,41)
Dívida Consolidada Líquida	6.671.330	7.422.951	6,0	6.372.639	(18,63)	6.298.007	(1,17)	5.480.509	(12,98)	4.977.165	(9,18)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
Receita Total	17.637.162	16.909.936	(4,12)	26.827.725	58,65	24.904.615	(3,46)	24.974.152	4,04	25.040.313	4,03
Receitas Primárias (I)	17.509.273	16.860.538	(3,71)	26.741.186	58,60	24.829.053	(3,44)	24.897.985	4,04	24.963.742	4,03
Despesa Total	16.557.164	17.631.278	6,49	26.827.725	52,16	24.904.615	(3,46)	24.974.152	4,04	25.040.313	4,03
Despesa Primária (II)	16.014.975	17.114.931	6,87	26.364.226	54,04	24.436.405	(3,60)	24.502.196	4,03	24.565.859	4,02
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.494.298	(254.393)	(117,02)	376.960	(248,18)	392.648	8,33	395.789	4,58	397.883	4,30
Resultado Nominal	2.585.025	(792.960)	(130,68)	1.050.312	(232,45)	71.762	(92,89)	757.644	995,37	449.615	(38,43)
Dívida Pública Consolidada	9.419.420	8.454.124	(10,25)	7.871.251	(6,89)	7.100.300	(6,19)	6.371.706	(6,90)	5.686.316	(7,41)
Dívida Consolidada Líquida	7.390.499	7.831.213	5,96	6.372.639	(18,63)	6.055.776	(1,17)	5.079.248	(12,98)	4.445.882	(9,18)

FONTE:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA CAIANA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMONIO LÍQUIDO
2020

AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art.4o, § 2o, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMONIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimonio/Capital	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Reservas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Resultado Acumulado	328.128	100,00%	(447.462)	100,00%	(2.805.267)	100,00%
TOTAL	328.128	100%	(447.462)	100%	(2.805.267)	100%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMONIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimonio/Capital	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Reservas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Lucros ou Prejuízos Acumulado	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
TOTAL	0	0%	0	0%	0	0%



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA CAIANA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBITIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2020

AMF – Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2018 (a)	2017 (b)	2016 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00

DESPESAS EXECUTADAS	2018 (d)	2017 (e)	2016 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO	2018 (g) = ((Ia-IIId)+IIIh)	2017 (h) = ((Ib-IIe)+IIIi)	2016 (i) = ((Ic-IIf)
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

Contador (a)

Prefeito (a)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA CAIANA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO VI - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2020

AMF – Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”)

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

	2016	2017	2018
--	------	------	------

FONTE:

Nenhum Dado Encontrado



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA CAIANA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2020

AMF – Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/PROGRAMAS/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2020	2021	2022	
Nenhum Dado Encontrado						
TOTAL						

FONTE:

Contador (a)

Prefeito (a)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA CAIANA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARATER CONTINUADO
2020

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, Art. 4º, § 2º inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2020
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferência Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III - IV)	0,00

FONTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA CAIANA
LEI DE DIRETIZES ORÇAMENTÁRIAS
PARÂMETROS E PROJEÇÕES DAS POLÍTICAS MONETÁRIAS
Ano Referência 2020

Memória e Metodologia de Cálculo (Art. 4, § 2º, inciso II - LRF)

R\$ 1,00

Em atendimento ao que determina o § 2º, inciso II do artigo 4º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal fica apresentada a memória e metodologia de cálculo para obtenção dos valores dos anexos fiscais.

No preenchimento dos quadros fiscais foram adotados os seguintes parâmetros e projeções das políticas monetárias, creditícia e cambial, bem como as projeções das metas de inflação para o período. O IPCA projetado para 2020 ficou em 4,00%, em 2021 foi projetado para 3,75% e para 2022 ficou em 3,75% conforme demonstrado na tabela abaixo:

I - Cenário Macroeconômico

Descrição das Variáveis	2020	2021	2022
PIB (crescimento real %a.a.)	3,00	3,00	3,00
Inflação (IPCA acumulado - var. %)	4,00	3,75	3,75
Selic (fim de período - %a.a.)	6,00	6,00	6,00
Câmbio (fim de período - R\$/US\$)	3,90	3,95	4,09
Projeção do PIB do Estado	61.377.700	63.219.031	65.115.602

II - Receita e Despesas Financeiras

As Receitas Primárias correspondem ao total da receita orçamentária, deduzidos os rendimentos de aplicações financeiras, as operações de crédito, a alienação de ativos e as receitas de privatizações.

As Despesas Primárias corresponde ao total da despesa orçamentária, deduzidas as despesas com juros, encargos e amortização da dívida, com concessão de empréstimos com retorno garantido e com a aquisição de títulos de capital integralizado.

□

O Resultado Primário, por sua vez, procura medir o comportamento fiscal do Governo no período e é decorrente da diferença entre a Receita Primária e a Despesa Primária. Entende-se como Receita Primária a arrecadação de impostos, contribuições e outras receitas inerentes à função arrecadadora do Município, excluindo-se as receitas financeiras e como despesa primária, as despesas orçamentárias do Governo no período, excluindo-se as despesas com dívidas financeiras, tais receitas financeiras e despesas financeiras estão elencadas conforme tabelas abaixo:

Receitas Financeiras	2016	2017	2018		2019	2020	2021	2022
			Prevista	Realizada				
Receita de Empréstimo Concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos Aplicações Financeiras	53.445,82	115.443,95	91.865,00	46.822,46	86.539,17	78.585,36	82.184,57	85.720,51
Retorno OP de Cred (Juros/Amortização)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Receitas Financeiras	53.445,82	115.443,95	91.865,00	46.822,46	86.539,17	78.585,36	82.184,57	85.720,51

Despesas Financeiras	2016	2017	2018		2019	2020	2021	2022
			Prevista	Realizada				
Amortização da Dívida Interna / Externa	430.484,69	489.428,92	423.700,00	489.428,92	463.499,05	486.938,81	509.240,61	531.150,36
Aquisição de Títulos Cap. Integraliz.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros da Dívida Interna / Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Despesas Financeiras	430.484,69	489.428,92	423.700,00	489.428,92	463.499,05	486.938,81	509.240,61	531.150,36

III - Dívida e Resultado Nominal

Para o cálculo do Resultado Nominal é necessário chegarmos a Dívida Fiscal Líquida, que é a Dívida Consolidada Líquida mais Receita de Privatizações e Os Passivos Reconhecidos. A Dívida Consolidada Líquida leva sempre em consideração a Dívida Pública Consolidada menos; o Ativo Financeiro (Disponibilidade de Caixa deduzidos os Restos a Pagar Processados) com os Haveres Financeiros.

Com o objetivo de medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida, o Resultado Nominal é obtido pela diferença entre o saldo da Dívida Fiscal Líquida do exercício anterior em relação ao saldo da Dívida Fiscal Líquida do exercício subsequente. O resultado nominal corresponde à variação da dívida consolidada líquida em um dado período. Assim, um resultado nominal positivo indica que houve uma diminuição da dívida consolidada líquida, já um resultado negativo indica que houve aumento.

A tabela abaixo possui os valores realizados para os exercícios 2016 e 2017, previsto e realizado em 2018, previsto para 2019 e projetados para os exercícios 2020, 2021 e 2022.

Especificações	2016	2017	2018		2019	2020	2021	2022
			Prevista	Realizada				
DÍVIDA CONSOLIDADA (I).....	9.369.912	8.502.816	8.137.711	8.013.387	7.871.251	7.384.312	6.875.071	6.365.831
DEDUÇÕES (II).....	365.106	1.831.486	1.831.486	590.437	1.498.612	1.086.305	1.394.563	1.388.666
Ativo Disponível.....	365.106	1.831.486	1.831.486	1.672.630	1.842.385	1.827.808	1.980.069	2.131.459
Haveres Financeiros.....	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Restos a Pagar Processados.....	0	0	0	1.082.193	343.773	741.503	585.506	742.793
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	9.004.806	6.671.330	6.306.225	7.422.951	6.372.639	6.298.007	5.480.509	4.977.165
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV).....	0	0	0	0	0	0	0	0
PASSIVOS RECONHECIDOS (V).....	0	0	0	0	0	0	0	0
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V).....	9.004.806	6.671.330	6.306.225	7.422.951	6.372.639	6.298.007	5.480.509	4.977.165
Resultado Nominal (Abaixo da Linha)	5.860.434	2.333.476	365.105	(751.621)	1.050.312	74.632	817.498	503.344
*DCL-Período/2015:	0							

IV - Resumo da Memória e Metodologia de Cálculo

Receita Corrente Líquida (RCL), Percentuais, e Taxas.

O Resultado Primário é definido pela diferença entre receitas e despesas do governo, excluindo-se da conta as receitas e despesas com juros. Caso essa diferença seja positiva, tem-se um “superávit primário”; caso seja negativa, tem-se um “déficit primário”. O “superávit primário” é uma indicação de quanto o governo economizou ao longo de um período de tempo (saldo final de um exercício comparado com o exercício imediatamente posterior) com vistas ao pagamento de juros sobre a sua dívida.

Na tabela abaixo estão elencados os valores para os itens como Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Consolidada Líquida, Receita Corrente Líquida, os Percentuais e as Taxas para os exercícios de referência e preenchimento dos Anexos I, II e III:

Especificações	2016 Realizada	2017 Realizada	2018		2019 Prevista	2020 Ano Referência	2021 Projeção	2022 Projeção
			Prevista	Realizada				
Receita Total	14.478.701	15.920.890	19.686.365	16.028.375	26.827.725	25.900.800	26.947.110	28.032.630
Receitas Primárias (I)	14.425.255	15.805.446	19.594.500	15.981.553	26.741.186	25.822.215	26.864.925	27.946.909
Despesas Total	14.000.806	14.945.987	19.686.365	16.712.112	26.827.725	25.900.800	26.947.110	28.032.630
Despesas Primárias (II)	13.570.321	14.456.558	19.262.665	16.222.683	26.364.226	25.413.861	26.437.869	27.501.480
Resultado Primário (III=I-II)	854.934	1.348.888	331.835	(241.131)	376.960	408.353	427.056	445.430
Resultado Nominal (Acima da Linha)	-	-	-	-	618.090	31.394	18.703	18.374
Dívida Pública Consolidada	9.369.912	8.502.816	8.137.711	8.013.387	7.871.251	7.384.312	6.875.071	6.365.831
Dívida Consolidada Líquida	9.004.806	6.671.330	6.306.225	7.422.951	6.372.639	6.298.007	5.480.509	4.977.165
Resultado Nominal (Abaixo da Linha)	5.860.434	2.333.476	365.105	(751.621)	1.050.312	74.632	817.498	503.344
Receita Corrente Líquida	14.086.040	15.908.927	19.686.365	14.908.376	18.927.893	19.685.009	20.423.197	21.189.066
Percentuais		5,500%	5,000%	5,000%	5,500%	4,000%	3,750%	3,750%
Taxas	1,1687	1,1078	1,0550	1,0550	1,0000	1,0400	1,0790	1,1195

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA CAIANA
Secretaria de Administração e Planejamento
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2020
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos		Dotação Orçamentária
01.010 Câmara Municipal		
01 031 2001 1001 Construção Ampliação e Reforma da Câmara Municipal		
4490.51 001 OBRAS E INSTALAÇÕES		11.029
Total do Projeto:		11.029
01 031 2001 1035 Aquisição de Veículos para a Câmara Municipal		
4490.52 001 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		36.364
Total do Projeto:		36.364
01 031 2001 2001 Manutenção das Atividades Legislativas		
4490.52 001 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		6.661
Total da Atividade:		6.661
Total da Unidade:		54.054

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA CAIANA
Secretaria de Administração e Planejamento
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2020
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos					Dotação Orçamentária
02.010 Gabinete do Prefeito					
04	122	2004	2002	Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito	
4490.52		001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		5.569
Total da Atividade:					5.569
Total da Unidade:					5.569

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA CAIANA
Secretaria de Administração e Planejamento
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2020
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos					Dotação Orçamentária
02.020 Secretaria de Administração e Planejamento					
04	122	2003	2005	Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Administração e Plane	
4490.52		001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		12.286
Total da Atividade:					12.286
Total da Unidade:					12.286

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA CAIANA
Secretaria de Administração e Planejamento
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2020
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos				Dotação Orçamentária
02.030 Secretaria de Finanças				
28 062 0001 0001	Amortização de Dívidas Resultantes de Decisões Judiciais			
4690.91 001	SENTENÇAS JUDICIAIS			179.920
Total da Operação Especial:				179.920
28 841 0001 0002	Pagamento do Parcelamento da Dívida do INSS			
4690.71 001	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO			397.160
Total da Operação Especial:				397.160
04 123 2005 2008	Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças			
4490.52 001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			546
4690.71 001	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO			31.200
Total da Atividade:				31.746
Total da Unidade:				608.826

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA CAIANA
Secretaria de Administração e Planejamento
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2020
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos					Dotação Orçamentária
02.040 Secretaria de Educação Esporte e Cultura					
12 361 1007 1010	Construção, Ampliação e Reforma das Unidades Escolares				
4490.51 111	OBRAS E INSTALAÇÕES			10.400	
4490.51 124	OBRAS E INSTALAÇÕES			10.400	
4490.51 125	OBRAS E INSTALAÇÕES			10.400	
Total do Projeto:				31.200	
12 365 1007 1013	Construção, Ampliação e Reforma de Escola de Educação Infantil e Creche				
4490.51 111	OBRAS E INSTALAÇÕES			38.657	
Total do Projeto:				38.657	
13 812 1009 1014	Implantação de Infraestruta Esportiva				
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES			10.920	
4490.51 990	OBRAS E INSTALAÇÕES			55.146	
4490.61 001	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS			208.000	
4490.61 990	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS			5.200	
Total do Projeto:				279.266	
12 361 1004 1016	Aquisição de Transporte Escolar				
4490.52 111	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			10.920	
4490.52 124	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			52.000	
4490.52 125	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			72.800	
4490.52 190	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			52.000	
Total do Projeto:				187.720	
12 361 1007 1042	Aquisição de Equipamentos, móveis e utensílios.				
4490.52 111	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			5.200	
4490.52 124	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			5.200	
4490.52 125	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			10.426	
4490.52 190	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			5.200	
Total do Projeto:				26.026	
12 361 1005 2011	Manutenção das Atividades do FUNDEB 40% - Outros				
4490.52 113	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			6.145	
4490.52 115	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			683	
Total da Atividade:				6.828	
12 361 1005 2012	Manutenção das Atividades do Desenvolvimento do Ensino - MDE				
4490.51 111	OBRAS E INSTALAÇÕES			546	
4490.52 111	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			82.774	
Total da Atividade:				83.320	
12 361 1007 2014	Manutenção do Programa Salário Educação				
4490.52 120	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			10.858	
Total da Atividade:				10.858	
12 361 1007 2015	Manutenção do Programa PDDE				
4490.52 121	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			619	
Total da Atividade:				619	
12 361 1007 2016	Manutenção de Outros Programas do FNDE				
4490.52 124	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			10.920	
Total da Atividade:				10.920	

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA CAIANA
Secretaria de Administração e Planejamento
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2020
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos					Dotação Orçamentária
02.040 Secretaria de Educação Esporte e Cultura					
12 365 1005 2018	Manutenção das Atividades da Educação Infantil e Creche - MDE				
4490.52 111	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				5.569
Total da Atividade:					5.569
12 361 1005 2020	Manutenção das Atividades da Educação de Jovens e Adultos - MDE				
4490.52 111	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				546
Total da Atividade:					546
13 813 1009 2022	Manutenção das Atividades Culturais e Esportivas				
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES				546
4490.52 001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				546
Total da Atividade:					1.092
04 122 2006 2023	Manutenção das Atividades da Secretária de Educação, Esporte e Cultura				
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES				30.576
4490.52 001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				16.380
Total da Atividade:					46.956
12 361 1005 2027	Manutenção das Atividades da Educação de Jovens e Adultos - FUNDEB 40%				
4490.52 113	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				426
4490.52 115	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				121
Total da Atividade:					547
12 365 1005 2028	Manutenção das Atividades da Educação Infantil e Creche - FUNDEB 40%				
4490.52 113	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				1.602
4490.52 115	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				572
Total da Atividade:					2.174
Total da Unidade:					732.298

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA CAIANA
Secretaria de Administração e Planejamento
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2020
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos				Dotação Orçamentária
02.050 Secretaria de Saúde				
10 541 1003 1028	Construção e Melhoria de Aterro Sanitário.			
4490.51 211	OBRAS E INSTALAÇÕES			27.300
4490.51 220	OBRAS E INSTALAÇÕES			27.300
			Total do Projeto:	54.600
10 301 1011 1031	Construção de Sistema de Esgotamento Sanitário			
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES			546
4490.51 211	OBRAS E INSTALAÇÕES			54.600
4490.51 220	OBRAS E INSTALAÇÕES			54.054
			Total do Projeto:	109.200
10 301 1011 1036	Melhorias Santárias Domiciliares - MSD			
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES			546
4490.51 211	OBRAS E INSTALAÇÕES			5.460
4490.51 220	OBRAS E INSTALAÇÕES			55.146
			Total do Projeto:	61.152
10 301 2007 2047	Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde			
4490.52 211	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			54.600
			Total da Atividade:	54.600
			Total da Unidade:	279.552

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA CAIANA
Secretaria de Administração e Planejamento
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2020
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos				Dotação Orçamentária
02.051 Fundo Municipal de Saúde				
28 062 0002 0007	Amortização de Dívidas Resultantes de Decisões Judiciais - Fundo Municipal de Sa			
4690.91 211	SENTENÇAS JUDICIAIS			99.165
Total da Operação Especial:				99.165
10 301 1011 1018	Construção, Ampliação, Reforma e Aquisição de Equip. para aprimorar a Saúde Muni			
4490.51 211	OBRAS E INSTALAÇÕES			33.088
4490.51 214	OBRAS E INSTALAÇÕES			52.000
4490.51 215	OBRAS E INSTALAÇÕES			49.010
4490.51 220	OBRAS E INSTALAÇÕES			9.610
4490.52 211	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			3.604
4490.52 214	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			13.650
4490.52 215	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			9.610
4490.52 220	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			9.610
Total do Projeto:				180.182
10 301 1011 1040	Aquisição de Equipamentos			
4490.52 001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			5.200
4490.52 214	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			40.352
4490.52 215	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			40.456
4490.52 220	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			75.400
4490.52 290	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			101.400
Total do Projeto:				262.808
10 301 1011 1041	Academia da Saúde - Básica			
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES			546
4490.51 220	OBRAS E INSTALAÇÕES			83.200
4490.52 001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			546
4490.52 220	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			5.720
Total do Projeto:				90.012
10 301 2007 2033	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - RECURSOS DO SUS			
4490.52 214	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			66.560
4490.52 215	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			67.470
Total da Atividade:				134.030
10 301 1011 2034	Manutenção da Saúde da Família e Núcleo de Apoio a Saúde da Família			
4490.52 214	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			5.569
4490.52 215	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			7.649
Total da Atividade:				13.218
10 301 1011 2035	Manutenção dos Agentes Comunitários de Saúde			
4490.52 214	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			546
Total da Atividade:				546
10 305 1011 2036	Manutenção do Piso Fixo de Vigilância e Promoção em Saúde			
4490.52 214	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			546
Total da Atividade:				546
10 301 1011 2037	Manutenção da Saúde Bucal			
4490.52 214	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			546
Total da Atividade:				546
10 302 1011 2039	Manutenção da Média e Alta Complexidade			
4490.52 214	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			12.480
Total da Atividade:				12.480

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA CAIANA
Secretaria de Administração e Planejamento
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2020
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos					Dotação Orçamentária
02.051 Fundo Municipal de Saúde					
10 304 1011 2040	Manutenção das Ações Estruturantes de Vigilância Sanitária				
4490.52 214	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				546
Total da Atividade:					546
10 301 2007 2041	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Recursos Próprios				
4490.52 211	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				5.569
Total da Atividade:					5.569
Total da Unidade:					799.648

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA CAIANA
Secretaria de Administração e Planejamento
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2020
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos					Dotação Orçamentária
02.060 Secretaria de Agricultura					
17 511 1012 1019	Implantação e Ampliação do Sistema de Abastecimento na Zona Rural				
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES				22.058
Total do Projeto:					22.058
18 605 1012 1020	Construção e Ampliação de Açudes e Barragens				
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES				10.400
4490.51 990	OBRAS E INSTALAÇÕES				3.668.000
Total do Projeto:					3.678.400
18 544 1012 1021	Construção e Recuperação de Poços				
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES				22.058
4490.51 990	OBRAS E INSTALAÇÕES				77.584
Total do Projeto:					99.642
20 544 1012 1022	Construção de Cisternas				
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES				38.329
4490.51 990	OBRAS E INSTALAÇÕES				89.008
4490.52 990	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				50.560
Total do Projeto:					177.897
20 606 1012 1023	Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas				
4490.52 001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				31.200
4490.52 990	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				103.740
Total do Projeto:					134.940
18 544 1003 1033	Sistema de Abastecimento D'Água				
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES				10.400
4490.51 990	OBRAS E INSTALAÇÕES				103.319
Total do Projeto:					113.719
20 608 1012 1037	Construção de Matadouro Público Municipal				
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES				5.460
4490.51 990	OBRAS E INSTALAÇÕES				49.140
Total do Projeto:					54.600
20 608 1015 1039	Aquisição de Patrulha Mecanizada				
4490.52 001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				10.920
4490.52 990	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				98.280
Total do Projeto:					109.200
20 606 2008 2043	Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura				
4490.52 001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				5.569
Total da Atividade:					5.569
Total da Unidade:					4.396.025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA CAIANA
Secretaria de Administração e Planejamento
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2020
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos					Dotação Orçamentária
02.070 Secretaria de Assistência Social					
08 243 2009 2044	Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar				
4490.52 001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				4.914
Total da Atividade:					4.914
08 244 2009 2045	Manutenção da Secretaria de Assistência Social				
4490.52 001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				14.872
Total da Atividade:					14.872
Total da Unidade:					19.786

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA CAIANA
Secretaria de Administração e Planejamento
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2020
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos				Dotação Orçamentária
02.071 Fundo Municipal de Assistência Social				
08 244 1014 1034	Estruturação da Rede de Serv.Socioassistenciais de Prot.Social-Const.de CRAS,CRE			
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES			10.920
4490.51 311	OBRAS E INSTALAÇÕES			15.860
4490.52 001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			6.054
4490.52 311	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			55.146
			Total do Projeto:	87.980
08 244 1014 2049	Manutenção de Outros Programas Sociais do FNAS			
4490.52 311	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			2.184
			Total da Atividade:	2.184
08 244 1014 2051	Manutenção da Gestão do Programa Bolsa Família - IGD/PBF			
4490.52 311	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			4.108
			Total da Atividade:	4.108
08 244 1014 2052	Co-financiamento dos Serviços, Programas e Projetos do SUAS			
4490.52 001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			5.440
			Total da Atividade:	5.440
08 244 1014 2054	Manutenção de Atividades de Gestão do SUAS - IGD/SUAS			
4490.52 311	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			546
			Total da Atividade:	546
08 243 1014 2055	Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social - IGD PBF/SUA			
4490.52 001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			546
			Total da Atividade:	546
08 244 1014 2058	Manutenção de Outros Programas Sociais do FEAS-PB			
4490.52 390	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			5.200
			Total da Atividade:	5.200
08 244 1013 2059	Manutenção do Programa Criança Feliz - Primeira Infância no SUAS			
4490.52 311	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			5.408
			Total da Atividade:	5.408
			Total da Unidade:	111.412

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA CAIANA
Secretaria de Administração e Planejamento
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2020
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos				Dotação Orçamentária
02.080 Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo				
15 122 1002 1002	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Obras de infraestrutura Urbana			
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES			62.244
4490.51 990	OBRAS E INSTALAÇÕES			101.400
			Total do Projeto:	163.644
15 451 1002 1004	Contrução,Ampliação e Recuperação de Prédios Públicos			
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES			103.740
4490.51 930	OBRAS E INSTALAÇÕES			33.186
4490.51 990	OBRAS E INSTALAÇÕES			99.372
4490.52 930	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			9.828
			Total do Projeto:	246.126
15 451 1002 1005	Aquisição e Desapropriação de Imóvel			
4490.61 001	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS			60.388
			Total do Projeto:	60.388
15 451 1002 1006	Construção, Ampliação e Melhorias de Praças Públicas			
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES			57.548
4490.51 990	OBRAS E INSTALAÇÕES			55.292
			Total do Projeto:	112.840
15 451 1002 1007	Pavimentação de Ruas e Vias Urbanas			
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES			22.932
4490.51 990	OBRAS E INSTALAÇÕES			81.205
			Total do Projeto:	104.137
17 512 1002 1008	Construção de Banheiros e Fossas Sépticas			
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES			65.520
			Total do Projeto:	65.520
17 512 1002 1009	Ampliação do Sistema de Abstecimento D´Água			
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES			33.088
			Total do Projeto:	33.088
15 782 1002 1025	Construção, Recuperação e Adequação de Estradas Vicinais			
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES			26.708
4490.51 990	OBRAS E INSTALAÇÕES			86.346
			Total do Projeto:	113.054
26 782 1002 1026	Construção e Recuperação de Passagens Molhadas			
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES			33.088
			Total do Projeto:	33.088
15 608 1002 1027	Construção, Ampliação e Reforma do Mercado Público Municipal			
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES			10.920
4490.51 990	OBRAS E INSTALAÇÕES			56.160
			Total do Projeto:	67.080
15 122 2010 1043	Construção de Casas Habitacionais			
4490.51 001	OBRAS E INSTALAÇÕES			50.000
4490.51 510	OBRAS E INSTALAÇÕES			450.000
			Total do Projeto:	500.000

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA CAIANA
Secretaria de Administração e Planejamento
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2020
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos		Dotação Orçamentária
02.080 Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo		
15 122 2010 1044 Construção de Portal na Cidade		
4490.51 510 OBRAS E INSTALAÇÕES		50.000
Total do Projeto:		50.000
15 452 2010 2006 Manutenção das Atividades de Obras e Urbanismo		
4490.51 001 OBRAS E INSTALAÇÕES		33.306
4490.52 001 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		49.249
Total da Atividade:		82.555
Total da Unidade:		1.631.520
Total Geral:		8.650.976

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA CAIANA
Secretaria de Administração e Planejamento
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2020
Anexo de Metas e Prioridades

Demonstrativo das Metas e Prioridades - Anexo II

Em valores Correntes R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática	Dotação Orçamentária
01.010 Câmara Municipal	
01 031 2001 1001 Construção Ampliação e Reforma da Câmara Municipal	11.029,00
01 031 2001 1035 Aquisição de Veículos para a Câmara Municipal	36.364,00
01 031 2001 2001 Manutenção das Atividades Legislativas	822.931,00
Total da Unidade:	870.324,00
02.010 Gabinete do Prefeito	
04 122 2004 2002 Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito	501.884,00
04 122 2002 2003 Contribuição para a FAMUP/AMVAP	17.690,00
02 061 2004 2004 Manutenção das Atividades de Assessoria Jurídica	147.560,00
Total da Unidade:	667.134,00
02.020 Secretaria de Administração e Planejamento	
04 122 2003 2005 Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Administração e Plane	890.796,00
Total da Unidade:	890.796,00
02.030 Secretaria de Finanças	
28 062 0001 0001 Amortização de Dívidas Resultantes de Decisões Judiciais	262.584,00
28 841 0001 0002 Pagamento do Parcelamento da Dívida do INSS	397.160,00
28 845 0001 0006 Contribuição para o PASEP	123.614,00
04 123 2005 2008 Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças	419.594,00
Total da Unidade:	1.202.952,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA CAIANA
Secretaria de Administração e Planejamento
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2020
Anexo de Metas e Prioridades

Demonstrativo das Metas e Prioridades - Anexo II

Em valores Correntes R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática		Dotação Orçamentária
02.040 Secretaria de Educação Esporte e Cultura		
12 361 1007 1010	Construção, Ampliação e Reforma das Unidades Escolares	32.292,00
12 365 1007 1013	Construção, Ampliação e Reforma de Escola de Educação Infantil e Creche	38.657,00
13 812 1009 1014	Implantação de Infraestrutura Esportiva	279.266,00
12 361 1004 1016	Aquisição de Transporte Escolar	187.720,00
12 361 1007 1042	Aquisição de Equipamentos, móveis e utensílios.	56.212,00
12 306 1006 2009	Manutenção do PNAEF - Ensino Fundamental	124.306,00
12 361 1005 2010	Manutenção das Atividades do FUNDEB 60% - Magistério	3.324.421,00
12 361 1005 2011	Manutenção das Atividades do FUNDEB 40% - Outros	640.722,00
12 361 1005 2012	Manutenção das Atividades do Desenvolvimento do Ensino - MDE	1.695.581,00
12 361 1004 2013	Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental	424.777,00
12 361 1007 2014	Manutenção do Programa Salário Educação	123.385,00
12 361 1007 2015	Manutenção do Programa PDDE	7.191,00
12 361 1007 2016	Manutenção de Outros Programas do FNDE	39.640,00
12 365 1005 2017	Manutenção das Atividades da Educação Infantil e Creche - FUNDEB 60%	618.826,00
12 365 1005 2018	Manutenção das Atividades da Educação Infantil e Creche - MDE	60.606,00
12 361 1005 2019	Manutenção das Atividades da Educação de Jovens e Adultos - FUNDEB 60%	1.641,00
12 361 1005 2020	Manutenção das Atividades da Educação de Jovens e Adultos - MDE	9.828,00
13 392 1009 2021	Promoção de Festividades e Eventos Regionais e Folclóricos	338.889,00
13 813 1009 2022	Manutenção das Atividades Culturais e Esportivas	22.604,00
04 122 2006 2023	Manutenção das Atividades da Secretária de Educação, Esporte e Cultura	260.343,00
12 306 1006 2024	Manutenção do PNAEEJA - Educação de Jovens e Adultos	4.394,00
12 306 1006 2025	Manutenção do PNAEC - Creche	64.168,00
12 306 1006 2026	Manutenção do PNAEP - Pré-Escolar	60.908,00
12 361 1005 2027	Manutenção das Atividades da Educação de Jovens e Adultos - FUNDEB 40%	7.111,00
12 365 1005 2028	Manutenção das Atividades da Educação Infantil e Creche - FUNDEB 40%	9.765,00
12 365 1004 2029	Aquisição de móveis, equipamentos e utensílios.	1.092,00
12 362 1004 2030	Manutenção das Atividades do Transporte Escolar do Ensino Médio	1.092,00
12 361 1007 2031	Manutenção do Programa Brasil Alfabetizado	13.104,00
12 361 1007 2032	Manutenção do Programa de Apoio ao Sistema de Ensino para o Atendimento ao EJA -	39.093,00
Total da Unidade:		8.487.634,00
02.050 Secretaria de Saúde		
10 541 1003 1028	Construção e Melhoria de Aterro Sanitário.	55.146,00
10 301 1011 1031	Construção de Sistema de Esgotamento Sanitário	110.266,00
10 301 1011 1036	Melhorias Sanitárias Domiciliares - MSD	61.984,00
10 301 2007 2047	Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde	1.981.306,00
Total da Unidade:		2.208.702,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DA CAIANA
Secretaria de Administração e Planejamento
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2020
Anexo de Metas e Prioridades

Demonstrativo das Metas e Prioridades - Anexo II

Em valores Correntes R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática			Dotação Orçamentária
02.051 Fundo Municipal de Saúde			
28 062 0002 0007	Amortização de Dívidas Resultantes de Decisões Judiciais - Fundo Municipal de Sa		99.165,00
10 301 1011 1018	Construção, Ampliação, Reforma e Aquisição de Equip. para aprimorar a Saúde Muni		180.182,00
10 301 1011 1040	Aquisição de Equipamentos		262.808,00
10 301 1011 1041	Academia da Saúde - Básica		90.558,00
10 301 2007 2033	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - RECURSOS DO SUS		634.015,00
10 301 1011 2034	Manutenção da Saúde da Família e Núcleo de Apoio a Saúde da Família		346.346,00
10 301 1011 2035	Manutenção dos Agentes Comunitários de Saúde		282.204,00
10 305 1011 2036	Manutenção do Piso Fixo de Vigilância e Promoção em Saúde		96.792,00
10 301 1011 2037	Manutenção da Saúde Bucal		54.928,00
10 301 1011 2038	Manutenção da Farmácia Básica		73.175,00
10 302 1011 2039	Manutenção da Média e Alta Complexidade		198.936,00
10 304 1011 2040	Manutenção das Ações Estruturantes de Vigilância Sanitária		78.842,00
10 301 2007 2041	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Recursos Próprios		287.216,00
10 301 1011 2056	Manutenção e Realização de Exames, Cirurgias e Consultas		121.103,00
10 302 1011 2057	Serviços de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU (SUS)		23.852,00
Total da Unidade:			2.830.122,00
02.060 Secretaria de Agricultura			
17 511 1012 1019	Implantação e Ampliação do Sistema de Abastecimento na Zona Rural		22.058,00
18 605 1012 1020	Construção e Ampliação de Açudes e Barragens		3.678.400,00
18 544 1012 1021	Construção e Recuperação de Poços		99.642,00
20 544 1012 1022	Construção de Cisternas		177.897,00
20 606 1012 1023	Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas		134.940,00
18 544 1003 1033	Sistema de Abastecimento D'Água		113.719,00
20 608 1012 1037	Construção de Matadouro Público Municipal		54.600,00
20 608 1015 1039	Aquisição de Patrulha Mecanizada		109.200,00
20 606 1012 2042	Manutenção de Programas de Apoio ao Pequeno Produtor Rural		32.542,00
20 606 2008 2043	Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura		430.900,00
Total da Unidade:			4.853.898,00
02.070 Secretaria de Assistência Social			
08 243 2009 2044	Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar		103.303,00
08 244 2009 2045	Manutenção da Secretaria de Assistência Social		169.032,00
08 244 1014 2046	Manutenção dos Benefícios Eventuais		88.342,00
14 422 1014 2061	Manutenção da Coordenadoria de Políticas para a Mulher		22.000,00
Total da Unidade:			382.677,00

Demonstrativo das Metas e Prioridades - Anexo II

Em valores Correntes R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática	Dotação Orçamentária
02.071 Fundo Municipal de Assistência Social	
08 244 1014 1034 Estruturação da Rede de Serv.Socioassistenciais de Prot.Social-Const.de CRAS,CRE	87.980,00
08 243 1014 2048 Manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV	96.837,00
08 244 1014 2049 Manutenção de Outros Programas Sociais do FNAS	20.202,00
08 241 1014 2050 Manutenção do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família - PAIF/ PBF	66.378,00
08 244 1014 2051 Manutenção da Gestão do Programa Bolsa Família - IGD/PBF	20.436,00
08 244 1014 2052 Co-financiamento dos Serviços, Programas e Projetos do SUAS	43.812,00
08 244 1014 2053 Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos-PAEF(CRE	116.080,00
08 244 1014 2054 Manutenção de Atividades de Gestão do SUAS - IGD/SUAS	19.328,00
08 243 1014 2055 Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social - IGD PBF/SUA	6.006,00
08 244 1014 2058 Manutenção de Outros Programas Sociais do FEAS-PB	82.711,00
08 244 1013 2059 Manutenção do Programa Criança Feliz - Primeira Infância no SUAS	89.190,00
Total da Unidade:	648.960,00
02.080 Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo	
15 122 1002 1002 Implantação, Ampliação ou Melhoria de Obras de infraestrutura Urbana	163.644,00
15 451 1002 1004 Construção,Ampliação e Recuperação de Prédios Públicos	246.126,00
15 451 1002 1005 Aquisição e Desapropriação de Imóvel	60.388,00
15 451 1002 1006 Construção, Ampliação e Melhorias de Praças Públicas	113.386,00
15 451 1002 1007 Pavimentação de Ruas e Vias Urbanas	104.137,00
17 512 1002 1008 Construção de Banheiros e Fossas Sépticas	65.520,00
17 512 1002 1009 Ampliação do Sistema de Abastecimento D'Água	33.088,00
15 782 1002 1025 Construção, Recuperação e Adequação de Estradas Vicinais	113.054,00
26 782 1002 1026 Construção e Recuperação de Passagens Molhadas	33.088,00
15 608 1002 1027 Construção, Ampliação e Reforma do Mercado Público Municipal	67.080,00
15 122 2010 1043 Construção de Casas Habitacionais	500.000,00
15 122 2010 1044 Construção de Portal na Cidade	50.000,00
15 452 2010 2006 Manutenção das Atividades de Obras e Urbanismo	1.090.759,00
15 451 1002 2007 Recuperação e Reforma de Estradas e Vias Urbanas	57.220,00
Total da Unidade:	2.697.490,00
02.999 Reserva de Contingência	
99 999 9999 9999 Reserva de Contingência	160.111,00
Total da Unidade:	160.111,00

Demonstrativo das Metas e Prioridades - Anexo II

Em valores Correntes R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática	Dotação Orçamentária
Total Geral:	25.900.800,00



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

TRAMITA - Sistema de Tramitação de Processos e Documentos

RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 15/07/2019 às 21:55:36 foi protocolizado o documento sob o Nº 51386/19 da subcategoria LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias , exercício 2020, referente a(o) Prefeitura Municipal de São José de Caiana, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Lourival Florentino de Souza Sobrinho.

Meio de Publicação: Diário Oficial do Município

Data de Publicação: 04/07/2019

Documento	Informado?	Autenticação
1) Texto da Lei	Sim	a5ee3173ddf657a80be5a0c0f02d13e9
2) Anexo de Metas Fiscais	Sim	4b752dfe7fc8e5143968d0f3cae7335e
3) Anexo de Riscos Fiscais	Sim	62d170be3751e4d670b5967f78022b72
4) Mensagem de Encaminhamento ao Poder Legislativo	Sim	1f62890bdf36ffcab433bed803895f9
5) Comprovante de Realização de Audiência Pública	Sim	f0b20784f7a75fc81222c96c9b981484
6) Outros Anexos	Sim	71e37a58b8421411cc42cd0a2344c2b3

João Pessoa, 15 de Julho de 2019



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB

DIRETORIA DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO-DIAF
DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO MUNICIPAL II
Divisão de Acompanhamento da Gestão Municipal X– DIAGM X

Documento TC	51386/19	
Natureza	ACOMPANHAMENTO	
Jurisdicionado	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA	
Responsável	JOSÉ LEITE SOBRINHO	
Exercício	2020	
Objeto Exame	LDO 2020	Lei nº 387, 04 de julho de 2019

ITEM DE VERIFICAÇÃO	RESPOSTA	OBSERVAÇÃO
1 - Prova de audiência pública?	SIM	Páginas 21-26
2 - Fixa metas e prioridades?	SIM	Art.2 ao Art. 4
3 - Orienta elaboração LOA 2020?	SIM	Art. 5 ao Art. 20
4 - Dispõe sobre alteração leg. tributária?	SIM	Arts. 27 e 28
5 - Trata de operações de fomento	SIM	Art. 27
6 - Autoriza financiar despesas competência de outros entes?	NÃO	
7 - Fixa regra Reserva de Contingência?	SIM	Art. 7 Inc. VII, b, Inc. IX e Inc. X
8 - Fixa regra sobre despesas de pequeno valor para os fins do art. 16 da LRF?	NÃO	
9 - Dispõe sobre o equilíbrio entre receitas e despesas?	SIM	Art. 2º, d2
10 - Fixa regras sobre limitação de empenho?	SIM	Art. 31
11 - Contém anexo de metas fiscais? 11.1 Anexo segue integralmente o modelo definido pela STN (conteúdo e forma)? 11.2 Anexo contém metodologia e memória de cálculo?	SIM SIM SIM	Página 27 - 31 Página 27 - 31
12 – Metas propostas (2020) compatíveis com a execução recente (SAGRES 2018)? 11.3 - Receita 11.4 - Despesa	NÃO NÃO NÃO	12.1 Aumento de aproximadamente 60% 12.2 Aumento de aproximadamente 60%

ITEM DE VERIFICAÇÃO	RESPOSTA	OBSERVAÇÃO
13 - Contém anexo de riscos fiscais?	SIM	Página 18
13.1- Anexo segue modelo STN?	SIM	
13.2- Indica medidas a compensar ocorrências de riscos fiscais ou passivos contingentes?	SIM	Página 18
13.3 Medidas indicadas são suficientes?	SIM	Página 18
14 - Autoriza concessão de ajudas a pessoas físicas ou jurídicas nos termos do art. 26, da LRF?	SIM	Arts. 15, 16, 18, 32 e 33
15 - Prevê margem para expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado?	SIM	Art. 9 e 24
16 - Prevê parâmetros para avaliação dos resultados de programas e normas relativas ao controle de custos?	SIM	Arts. 13, 14 e 29
17 - As prioridades e metas analisadas são compatíveis com o PPA?	SIM	Páginas 27/56

Outras observações/constatações:

Obs.1 – A análise do item 12 foi feita com base nos valores de receita e despesa executadas em 2018 (SAGRES) e valores de receita e despesa constantes de 2020, descritos no Demonstrativo I - Anexo de Metas Anuais da LDO, conforme evidenciado abaixo:

Especificação	Valores Constantes (LDO) 2020	Valores (SAGRES) 2018	Acréscimo (%) (2020/2018)
Receita Total	25.900.800,00	16.028.375,71	61,59%
Despesa Total	25.900.800,00	16.015.456,47	61,72%

Conclusão:

- Não fixa regra sobre despesas de pequeno valor para os fins do art. 16 da LRF (item 08);
- As metas propostas de receita e despesa para o exercício de 2020 não guardam coerência com as realizadas em 2018 (itens de verificação 12, 12.1 e 12.2) pela seguinte razão:
- Segundo registros no SAGRES, em 2018, a receita e a despesa do município foram da ordem de R\$ 16,0 milhões, enquanto se projeta para 2020 R\$ 25,0 milhões, crescimento da ordem de 60%, pouco provável de ocorrer no atual cenário.

Assinado em 14 de Agosto de 2019



Eduardo Ferreira Albuquerque
Mat. 3705935
CHEFE DE DIVISÃO

Assinado em 14 de Agosto de 2019



João César Bezerra de Menezes
Mat. 1235



DOCUMENTO: 51386/19
SUBCATEGORIA: LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
JURISDICIONADO: Prefeitura Municipal de São José de Caiana
INTERESSADOS: Sr(a). JOSÉ LEITE SOBRINHO (Gestor(a))

ALERTA - 01138/19

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, nos termos do art. 71 da CF/88 e do §1º do art. 59 da LC 101/2000, e na conformidade do entendimento técnico contido no Relatório de Acompanhamento da Gestão, no intuito de prevenir fatos que comprometam resultados na gestão orçamentária, financeira e patrimonial, resolve: Emitir ALERTA ao jurisdicionado Prefeitura Municipal de São José de Caiana, sob a responsabilidade do(a) interessado(a) Sr(a). JOSÉ LEITE SOBRINHO, no sentido de que adote medidas de prevenção ou correção, conforme o caso, relativamente aos seguintes fatos:

- 1 Ausência de itens que tornam irregular a LDO 2020, razão pela qual se sugere adoção das medidas cabíveis para sanear as faltas apontadas em relação ao item: 08 e 12;
- 2 - Inexistência de dispositivos que tratem de (despesas de pequeno valor) tais ocorrências, salvo alteração da LDO, não poderão ocorrer durante a execução orçamentária em 2020;
- 3 As metas propostas de receita e despesa para o exercício de 2020 não guardam coerência com as realizadas em 2018 (itens de verificação 12, 12.1 e 12.2) pela seguinte razão: Segundo registros no SAGRES, em 2018, a receita e a despesa do município foram da ordem de R\$ 16,0 milhões, enquanto se projeta para 2020 R\$ 25,0 milhões, crescimento da ordem de 60%, pouco provável de ocorrer no atual cenário.



Conselheiro André Carlo Torres Pontes

Relator

22/08/2019 13:51



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

TRAMITA - Sistema de Tramitação de Processos e Documentos

Documento: 51386/19

Subcategoria: LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de São José de Caiana

Exercício: 2020

CERTIDÃO

ALERTA

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que na edição Nº 2268 do Diário Oficial Eletrônico, com data de publicação em 23/08/2019, foi realizada a seguinte publicação:

Documento: 51386/19

Subcategoria: LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Relator: Conselheiro André Carlo Torres Pontes

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de São José de Caiana

Interessados: Sr(a). JOSÉ LEITE SOBRINHO (Gestor(a))

Alerta TCE-PB 01138/19: O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, nos termos do art. 71 da CF/88 e do §1º do art. 59 da LC 101/2000, e na conformidade do entendimento técnico contido no Relatório de Acompanhamento da Gestão, no intuito de prevenir fatos que comprometam resultados na gestão orçamentária, financeira e patrimonial, resolve: Emitir ALERTA ao jurisdicionado Prefeitura Municipal de São José de Caiana, sob a responsabilidade do(a) interessado(a) Sr(a). JOSÉ LEITE SOBRINHO, no sentido de que adote medidas de prevenção ou correção, conforme o caso, relativamente aos seguintes fatos: 1 Ausência de itens que tornam irregular a LDO 2020, razão pela qual se sugere adoção das medidas cabíveis para sanear as faltas apontadas em relação ao item: 08 e 12; 2 - Inexistência de dispositivos que tratem de (despesas de pequeno valor) tais ocorrências, salvo alteração da LDO, não poderão ocorrer durante a execução orçamentária em 2020; 3 As metas propostas de receita e despesa para o exercício de 2020 não guardam coerência com as realizadas em 2018 (itens de verificação 12, 12.1 e 12.2) pela seguinte razão: Segundo registros no SAGRES, em 2018, a receita e a despesa do município foram da ordem de R\$ 16,0 milhões, enquanto se projeta para 2020 R\$ 25,0 milhões, crescimento da ordem de 60%, pouco provável de ocorrer no atual cenário.

João Pessoa, 22 de Agosto de 2019



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB